

edição nº 405 • crusoe.com.br

Crusoe



O FATOR KASSAB

**PSD mantém acesa a chama da terceira via
entre bolsonarismo e lulismo**

Edição Semana 405

O fator Kassab

PSD mantém acesa a chama da terceira via entre bolsonarismo e lulismo



**Rodolfo
Borges**



**Wilson
Lima**

7 minutos de
leitura

30.01.2026
03:30

comentários
4



Foto: Reprodução/ X



COMPARTILHAR

Gilberto Kassab viveu durante muito tempo sob o estigma de não se posicionar, por ter criado um partido que prometia não ser de direita, de esquerda e nem mesmo de centro. As piadas sobre o assunto foram perdendo a graça à medida que o **PSD** crescia para se tornar a legenda com mais governadores e prefeitos do Brasil.

Ex-prefeito de São Paulo, o presidente nacional do PSD se consolidou na eleição municipal de 2024 como o grande articulador político do

país, com a conquista de 887 prefeituras, mais do que as 517 do PL de **Jair Bolsonaro** e as 252 do PT de **Lula**.

De lá para cá, o partido, que já governava Paraná e Sergipe, atraiu mais três governadores, o último deles nesta semana.

Ronaldo Caiado, de Goiás, se uniu a **Ratinho Jr.** (PSD), do Paraná, e **Eduardo Leite** (PSD), do Rio Grande do Sul, nos esforços para o que Kassab chamou de *“um projeto para o futuro do nosso País”*.

Terceira via

Esse projeto se encontra hoje entre o bolsonarismo, representado pelo senador **Flávio Bolsonaro** (PL-RJ), e o lulismo, no que se convencionou chamar nos últimos anos de terceira via. Esse papel foi representado em 2014 por **Marina Silva**, hoje ministra do Meio Ambiente.

Após reclamar durante anos do fisiologismo da política brasileira, **parte do país se cansou dos rompantes ideológicos apaixonados** e clama, hoje, por algum pragmatismo que permita ao país avançar de forma prática em pautas como educação, economia e segurança pública.

E ninguém soa mais pragmático atualmente do que Kassab na política brasileira.

O presidente do PSD comanda a Secretaria de Governo de **Tarcísio de Freitas** (Republicanos), ex-ministro de Bolsonaro, em São Paulo, ao mesmo tempo em que seu partido mantém três ministros no governo Lula — um deles, **Alexandre Silveira**, de Minas e Energia, se acostumou a demonstrar mais devoção pelo presidente em público do que muitos petistas.

Lula e anti-Lula

Além disso, foi o PSD que ex-tucana **Raquel Lyra**, governadora de Pernambuco, buscou para se aproximar de Lula na tentativa de se reeleger contra a ameaça **João Campos**, prefeito do Recife.

Esse mesmo partido abriga agora Caiado, que define a missão do PSD nas eleições presidenciais deste ano como **"derrotar o petismo"**, e frequentou manifestações em defesa de Bolsonaro ao lado de Ratinho Jr. nos últimos anos.

*"Governadores em estados estratégicos, bancadas relevantes no Congresso, palanques regionais e fundo eleitoral robusto dão ao PSD uma vantagem rara: a capacidade de dialogar com qualquer governo que venha a existir", diz **Wilson Pedroso**, consultor eleitoral e sócio da **Realtime Big Data** em artigo publicado nesta edição de **Crusoé**.*

*"No fundo, tudo aponta para a mesma lógica: política de tempo longo. Não é sobre ganhar agora. É sobre continuar relevante depois", diz o analista político em **Quem joga no tempo longo**.*

Tarcísio

Ao mesmo tempo em que exhibe e ostenta seus três pré-candidatos à Presidência, Kassab não esconde que ainda espera pela candidatura presidencial de Tarcísio, que significaria *"uma união de forças"* e sobrepujaria uma candidatura presidencial encabeçada pelo PSD.

Questionado na quinta-feira, 29, sobre a possibilidade, o presidente do PSD afirmou:

"A palavra nunca [Tarcísio será candidato à Presidência], a palavra jamais, são palavras que você deve evitar na política. Porque as circunstâncias mudam, os fatos novos surgem."

"Mas a avaliação que eu faço hoje é que o provável, mesmo, é que ele seja candidato à reeleição em São Paulo. Mas jamais eu vou usar a palavra nunca", concluiu.

O governador de São Paulo, por sua vez, mantém uma distância regulamentar da pré-candidatura de Flávio, apesar de dizer, sempre que questionado, que pretende disputar a reeleição.

O jogo está aberto e permanecerá assim até a confirmação oficial das candidaturas.

Os governadores têm até 4 de abril para deixarem seus cargos caso queiram disputar outros postos, como Presidência da República ou uma vaga no Senado.

Nesse contexto, a adesão de Caiado ao PSD significa muito mais do que uma tentativa do governador de Goiás de manter vivo seu projeto presidencial, que não encontrou espaço no União Brasil.

O jogo de Kassab

O presidente do PSD quer ter à sua disposição os quadros mais aptos a disputar o pleito de outubro.

De fato, dentro da chamada direita racional, Kassab conseguiu obter o suprasumo da política nacional. Caiado, Leite e mesmo Ratinho são apontados como a maior alternativa à dicotomia Lula e Bolsonaro que contaminou a política brasileira nos últimos anos.

Nas conversas entre os quatro, Kassab deixou claro o seguinte: quem estiver em melhores condições nas pesquisas eleitorais em abril será o candidato do partido. Sem a opção Tarcísio, **o PSD vai disputar a Presidência da República, isso é líquido e certo.** A questão é qual será o nome.

O embarque de Caiado no partido tem como principal objetivo atrair o agronegócio brasileiro. Bem relacionado com o agro, o governador de

Goiás tem atuado para dirimir o monopólio do voto bolsonarista dentro do setor. A visão do PSD é que ele será bem-sucedido nesse processo.

Com Leite, Kassab também busca quebrar a hegemonia do voto gaúcho em Bolsonaro ou em quem ele indicar. Dificilmente Leite será candidato à Presidência e deve disputar o senado pelo Rio Grande do Sul. Por ter uma forte aprovação, o governador gaúcho será nome decisivo tanto nas eleições locais quanto na disputa nacional.

Já Ratinho Jr. é a esperança de Kassab não somente na região Sul, mas no Nordeste. Apesar de ser desconhecido de boa parte do eleitorado nordestino, a esperança de Kassab reside no nome Ratinho, que pode facilmente confundir o eleitor menos escolarizado.

É estratégia eleitoral: ao lançar o filho, o PSD acredita que determinados eleitores votarão nele pensando no pai.

E mesmo entre aqueles mais escolarizados, a ideia do PSD é que o pai, o apresentador Ratinho, empreste sua credibilidade ao filho. Nas palavras de um interlocutor do PSD, *“se funciona para o Flávio Bolsonaro, por qual motivo não iria funcionar para o Ratinho Júnior?”*.

Demonstração de força

Com a nova filiação de peso, Kassab deu uma demonstração de força ao bolsonarismo, que tenta sobreviver eleitoralmente por meio do filho 01 de Bolsonaro após a prisão do ex-presidente.

Flávio tem o desafio de conquistar o eleitorado de centro, cansado da arenga entre bolsonaristas e lulistas, e o presidente do PSD oferece a esses eleitores algo sob medida.

Segundo as pesquisas de intenção de voto, o PSD tem possibilidades claras de eleição nos governos do Rio de Janeiro, com o prefeito da capital, **Eduardo Paes**, e do Maranhão, com o prefeito de São Luís, **Eduardo Braide**, e está no páreo nas disputas em Tocantins e Pernambuco.

A recente adesão de Caiado reforçou o palanque do partido em Goiás, ampliando uma musculatura político-eleitoral já desenvolvida no Paraná, no Rio Grande do Sul, em São Paulo e em Sergipe.

Preterido por Caiado, o deputado federal **Paulinho da Força** (SP), presidente nacional do Solidariedade, disse que o governador de Goiás "*entrou numa conversa fiada do Kassab*" ao optar pelo PSD, no qual terá de disputar espaço com dois outros pré-candidatos ao Palácio do Planalto.

Pode ser, mas Caiado está muito longe de ser o único a entrar na conversa do presidente do

PSD.

Direita reanimada

Caminhada de Nikolas não alterou situação de Bolsonaro, mas deu novo ânimo a um campo político abatido desde a prisão do ex-presidente

**Guilherme Resck**

7 minutos de leitura

30.01.2026 03:30

comentários 1



Foto.: Beto Barata/ PL



COMPARTILHAR

A caminhada de cerca de 240 quilômetros realizada pelo deputado federal **Nikolas Ferreira** (PL-MG) de Paracatu (MG) a Brasília, encerrada com uma manifestação no domingo, 25, não teve qualquer efeito na reversão da prisão do **Jair Bolsonaro** (PL). Mas não foi em vão.

O ato foi feito como protesto contra a prisão do ex-presidente e outras medidas que Nikolas e

seus aliados classificam como arbitrariedades do Supremo Tribunal Federal (STF).

O número de apoiadores foi baixo para pressionar a Corte a reconsiderar suas decisões ou conduzir o Congresso Nacional a uma mobilização por uma saída via Legislativo, mas a mobilização foi grande o bastante para projetar a liderança do deputado mineiro.

18 mil

A manifestação na Praça do Cruzeiro, em Brasília, reuniu cerca de 18 mil pessoas, segundo levantamento do Monitor do Debate Político, da USP, em parceria com a ONG More in Common.

Para efeito de comparação, a manifestação na avenida Paulista em 7 de setembro do ano passado, em apoio a Bolsonaro, reuniu 42,2 mil pessoas, segundo a mesma fonte.

E essa foi a menor nas manifestações recentes convocadas por Bolsonaro, que chegaram a reunir 200 mil pessoas na mesma avenida Paulista, no início de 2024.

Ânimo

Mesmo longe de reunir o mesmo número de apoiadores de Bolsonaro, Nikolas conseguiu dar um novo ânimo para a direita nacional, principalmente após a prisão do ex-presidente.

O campo estava completamente abatido com as derrotas dos últimos anos e a melancólica

saída de cena de seu principal líder, em agosto do ano passado, em decorrência da prisão domiciliar — depois transformada em detenção em regime fechado.

O ato do deputado federal serviu como uma prova de vida da direita brasileira, reorganizou emocionalmente a militância e funcionou ainda como uma reafirmação da sua identidade num momento de desorientação pós-derrotas.

*“Mobilizações desse tipo raramente produzem efeitos imediatos, e às vezes nem precisam, porque elas produzem uma narrativa. Atos como o liderado por Nikolas atualizam a sensação de pertencimento ao grupo e reencenam a ideia de perseguição do ‘sistema’ como uma cola ideológica”, afirma o cientista político **Magno Karl**, diretor-executivo do **Livres**.*

“O ato também tem efeito interno: aglutina lideranças, une suas vozes e mede quem está dentro ou fora desse movimento. Em resumo, este não foi um ato para mudar o processo judicial, mas para movimentar o ambiente político e tentar manter Bolsonaro como centro simbólico da direita brasileira”.

Liderança consolidada

O movimento também contribuiu para consolidar Nikolas ainda mais como uma liderança da direita.

A iniciativa de promover um protesto pró-Bolsonaro em forma de peregrinação durante sete dias em direção à capital federal foi inédita e fez com que outros parlamentares e a própria família Bolsonaro se mobilizassem para não ficarem de fora.

“O Nikolas é, sem dúvida, uma grande liderança da nova geração da direita brasileira. Um jovem talento, um garoto prodígio da política. Mas é importante dizer algo que a esquerda nunca conseguiu fazer: Jair Bolsonaro formou lideranças”, afirma o senador **Jorge Seif** (PL-SC).

“Bolsonaro transformou desconhecidos em lideranças nacionais. Descobriu talentos em pessoas comuns. Eu mesmo era um peixeiro e virei senador. O Tarcísio era consultor aqui no Senado e hoje governa o maior estado do país. O próprio Nikolas, o André Fernandes, o Gustavo Gayer e tantos outros são frutos desse processo”.

Para o parlamentar, o ato consolida Nikolas como uma liderança nacional, reanima a direita, devolve esperança ao campo e o lembra que *“vale a pena lutar pelo Brasil”*.

"Despertar"

O deputado federal **Luiz Philippe de Orleans e Bragança** (PL-SP) classifica a *“Caminhada Pela Justiça e Liberdade”* como *“o despertar de uma população que já estava acordada”*.

“Foi acordada mais de dez anos atrás, durante o processo da Lava Jato, durante o impeachment da Dilma Rousseff e a prisão do Lula. Essa população, no entanto, ao despertar ao problema, se frustrou, se acomodou e se transformou numa massa inerte, somente observadora daquilo que estava acontecendo na política”, afirma.

“Mas o Nikolas veio para redespertar essa população, que é a parte fundamental das mudanças que terão que vir para o Brasil no futuro”.

Carisma

Nikolas se comunica bem e consegue mobilizar seus eleitores. O parlamentar tem carisma e domina a gramática das redes sociais, de conflito, ritmo, enquadramento moral e mobilização.

*“O Nikolas, junto aos principais nomes da família Bolsonaro, é quem hoje, em alguma medida, mais mobiliza o universo da extrema-direita no Brasil, num ambiente digital, mas não apenas. Ele claramente é um influenciador hoje inescapável para aqueles segmentos que têm posições extremadas à direita vocalizadas por ele”, afirma o cientista político **Paulo Roberto Leal**, professor da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).*

O desafio para que ele possa se consolidar ainda mais como liderança, agora, está

principalmente na sua capacidade de organização.

Magno Karl reforça que ainda não está claro se o parlamentar consegue ser peça fundamental da direita, articulando alianças, construindo coalizões para governar e ser um dos pilares do pós-Bolsonaro.

Por enquanto, Nikolas se fortalece na guerra cultural e na mobilização moral, mas a densidade política é posta a prova quando se torna necessário transformar capital digital em poder institucional. Para isso, é preciso o desenvolvimento de um perfil diferente.

Alternativa à família Bolsonaro?

Nikolas não se apresenta como alternativa ao bolsonarismo, mas incomoda os filhos de Bolsonaro, que não o celebraram tanto quanto **Tarcísio de Freitas** ou a ex-primeira-dama **Michelle Bolsonaro**.

Ele se porta como uma atualização do ex-presidente. É mais jovem, se comunica melhor, tem mais disciplina e é menos caótico. Além disso, fala mais sobre políticas públicas do que Bolsonaro.

Porém, ainda opera muito na mesma lógica simbólica do ex-presidente, que consiste em polarização moral, narrativa de perseguição e mobilização permanente.

Tensão

O deputado parece estar se tornando, contudo, uma alternativa aos filhos de Bolsonaro. Um sintoma disso é a relação tensa com o deputado federal cassado **Eduardo Bolsonaro** nos últimos meses.

Em julho do ano passado, Eduardo criticou Nikolas por ter supostamente apoiado críticas ao pai, que vieram do perfil anônimo *“Baianinha Intergalática”* no X em uma live.

“Ela [Baianinha Intergalática] é uma pessoa abjeta, que defende a minha prisão e de minha família. É triste ver a que ponto o Nikolas chegou”, disse Eduardo na rede social.

Depois, em novembro, o ex-deputado compartilhou uma publicação que acusava Nikolas de *“querer se livrar”* de Jair e de liderar uma *“dissidência”* para se deslocar do ex-presidente.

“A briga na direita que todos estão vendo é simples. Nikolas quer se livrar do Bolsonaro de vez. Ele está liderando uma dissidência, e vários políticos mais jovens estão com ele. O problema? O de sempre: ‘Temos que nos descolar do Bozo sem perder o eleitor’”, dizia a publicação.

Posteriormente ainda, em dezembro, Nikolas rebateu uma nota pública divulgada por Eduardo em que ele afirma que a *“sociedade brasileira”* e a *“falta de coesão*

interna” contribuíram para a decisão do governo Trump de revogar a aplicação da Lei Magnitsky.

Segundo o deputado federal por Minas Gerais, essa interpretação representa uma “*fraude intelectual*” e transfere de forma injusta a responsabilidade para quem tem enfrentado pressões e riscos reais no país.

Fato é que a família Bolsonaro deixou claro que pretende continuar como a principal voz de comando da direita brasileira, como comprova a pré-candidatura do senador **Flávio Bolsonaro** (PL-SP) à Presidência da República.

Nikolas pode até vir a se tornar uma alternativa à família Bolsonaro, mas os filhos do ex-presidente já deixaram bem claro, nos atritos com ele e com outros aliados, que esse não será um processo harmonioso.

Exemplo chileno

Suprema Corte do Chile perdeu três de seus juízes em processos de impeachment nos últimos 14 meses, e uma delas foi presa no domingo, 25

**João Pedro Farah**

5 minutos de leitura

30.01.2026 03:30

comentários 2



Foto: Reprodução de vídeo



COMPARTILHAR

O Supremo Tribunal Federal (**STF**) vive a maior crise moral de sua história, com dois ministros suspeitos de atuar por um banco que passa por liquidação extrajudicial após ter sido flagrado em "*graves violações às normas*" do mercado bancário brasileiro.

Mas ninguém consegue enxergar a possibilidade de que **Alexandre de Moraes** e **Dias Toffoli**, que atua como relator

do caso no STF, venham sequer a ser investigados formalmente sobre o assunto.

O estridente escândalo do **Banco**

Master contrasta com o que vem ocorrendo no Chile.

Desde outubro de 2024, três juízes da Suprema Corte foram destituídos por processos de impeachment conduzidos pelo Senado chileno.

É a primeira vez que isso ocorre desde a redemocratização do Chile, em 1994.

Uma das juízas impedidas, **Ángela Vivanco** (à esquerda na foto) foi presa no domingo, 25, acusada de tráfico de influência e lavagem de dinheiro.

É a primeira vez que a Justiça chilena prende uma ex-integrante da mais alta Corte do país.

De porta-voz ao banco dos réus

Na noite de domingo, Ángela foi detida pelos *carabineros*, a polícia chilena, dentro de sua residência no bairro luxuoso de Las Condes, em Santiago.

A prisão ocorreu por volta das 23h, após a Vara Criminal confirmar a decisão do Tribunal de Apelações da capital, que acolheu a denúncia apresentada pelo Ministério Público.

A ex-magistrada foi conduzida algemada, com as mãos escondidas sob um casaco.

Para os chilenos, uma cena inédita protagonizada por quem, até pouco tempo atrás, ocupava o posto de **porta-voz da Suprema Corte chilena**.

Agora, a perspectiva é de que ela vá se sentar no banco dos réus.

As autoridades afirmam que Ángela se envolveu em um esquema batizado de "*caso da Boneca Bielorrusa*", que também derrubou seu antigo colega **Diego Simpertigue**, em dezembro.

Colarinho branco

De acordo com o Ministério Público chileno, a ministra cassada teria favorecido o consórcio bielorrusso **Belaz Movitec SpA (CBM)** em decisões judiciais, que obrigaram a estatal do cobre **Codelco** a devolver cerca de **20 milhões de dólares** à empresa.

Em contrapartida, Ángela teria recebido pagamentos indiretos por meio de seu marido, **Gonzalo Migueles**, com quem, posteriormente, viajou para a Argentina e ao Brasil de férias.

O caso veio à tona após o jornal *El Mostrador* divulgar áudios que envolvem o advogado criminalista **Luis Hermosilla**, figura central em uma ampla rede de tráfico de influência envolvendo políticos, empresários e membros do Judiciário.

Ángela e seu marido frequentavam encontros sociais e festas de aniversário dos advogados da CBM, **Eduardo Lagos** e **Mario Vargas**.

Segundo as investigações, Hermosilla também fez lobby em torno da indicação de magistrada à Suprema Corte.

Após sua nomeação, em 2018, ela teria atuado em favor dos interesses do advogado em ao menos **dois processos**.

Atualmente com 62 anos, Ángela integrou a Corte mais alta do país entre 2018 e 2024.

A filha do juiz

O terceiro juiz a perder o posto no Chile em um período de 14 meses foi **Sergio Muñoz**, que estava no tribunal desde 2005, por indicação do então presidente **Ricardo Lagos**.

Destituído em outubro de 2024, no mesmo mês da antiga colega Ángela, Muñoz teria vazado informações para beneficiar a própria filha, **Graciela Alejandra Muñoz Tapia**, que teve ascensão meteórica como juíza após o pai chegar à Suprema Corte.

O jornal *La Tercera* noticiou em 2022 que Muñoz teria alertado a filha sobre uma decisão referente a um projeto imobiliário, o que levou Graciela a desistir da compra de dois apartamentos.

Além disso, a filha de Muñoz foi questionada por ter atuado por chamadas de vídeo via Zoom

durante a pandemia de covid da Itália, o que configuraria teletrabalho irregular, e seu pai também foi sancionado por não tê-la reportado por isso, o que lhe cabia como superior hierárquico.

Contraste

O juiz cassado recorreu à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e alega politização do processo, já que tinha atuação progressista e foi destituído com os votos da direita chilena.

Qualquer semelhança com os casos de conflito de interesses e relações familiares dos ministros do STF no Brasil não são mera coincidência. A diferença é que, no Chile, os casos tomaram outro rumo.

Apesar de reportagens sobre possíveis relações e interesses de Moraes e Toffoli com o Banco Master, não houve até agora nenhum avanço concreto em busca de mais transparência ou mesmo de investigação formal sobre os casos. Pelo contrário.

O Conselho Nacional de Justiça (**CNJ**) disse que não cabe a ele investigar ministros do STF, e, apesar de dezenas de pedidos de impeachment, nenhum presidente do Senado se animou a receber e abrir um processo de impedimento dos juízes do Supremo desde a redemocratização.

Não bastasse, o decano do STF, **Gilmar Mendes**, atuou para endurecer as regras de impeachment de ministros do tribunal no fim do ano passado. Gilmar elevou o quórum mínimo para impeachment de maioria simples para **dois terços dos votos**, aumentando a proteção dos colegas.

Código de conduta?

Com a Corte sangrando moralmente, o presidente do STF, **Edson Fachin**, propôs a criação de um código de conduta para os ministros, mas ainda não conseguiu reunir apoio interno para criá-lo.

Fachin, que não costuma falar fora dos autos, deu duas entrevistas nesta semana e **foi muito claro numa delas**: *“Ou nos autolimitamos, ou poderá haver limitação de um Poder externo”*.

O exemplo chileno está muito próximo para ser ignorado.

Juros altos: a prudência ainda é o melhor remédio

Corte precipitado pode ser interpretado como relaxamento da meta inflacionária, levando a uma história que já vivemos mais de uma vez

**Roberto Ellery**

4 minutos de leitura

30.01.2026 03:30

comentários 2



Foto: Joédson Alves/Agência Brasil



Nesta semana, o Comitê de Política Monetária (**Copom**) se reuniu para definir a meta da taxa Selic, a taxa básica de juros do Brasil.

Escrevo antes da decisão, mas o mais provável é a manutenção dos 15% ao ano. Alguns apostam em um corte inicial, marcando o começo do aguardado ciclo de redução.

Muitos analistas já explicaram que qualquer queda nos juros só será sustentável com

avanços concretos no ajuste fiscal.

Sem isso, corremos o risco de repetir o ciclo vicioso: redução seguida de alta para conter a inflação. Concordo plenamente com essa visão, mas vale explorar outros ângulos da questão.

Preocupações

A maioria dos bancos centrais, mesmo sem admitir explicitamente, considera tanto a inflação quanto o desemprego ao definir os juros. No Brasil não é diferente.

Apesar do regime de metas focado exclusivamente na inflação, as **atas do Copom** revelam preocupação recorrente com o nível de atividade econômica. Isso não é um problema, além de economicamente razoável, monitorar o desemprego alinha-se ao parágrafo único do artigo 1º da Lei Complementar nº 179/2021, que, entre outros pontos, respalda a autonomia do **Banco Central**.

Pois bem: no atual balanço entre emprego e inflação, não há motivos para apressar cortes.

A taxa de desemprego está em patamar excepcionalmente baixo, 5,2% no trimestre móvel encerrado em novembro de 2025, o menor da série histórica do IBGE. Em contrapartida, a inflação fechou o ano dentro do intervalo da meta, mas acima do centro-alvo.

As expectativas de mercado indicam convergência ao centro somente em 2028.

Considerando apenas esses dois pilares, o Banco Central não tem razões para urgência na redução dos juros.

PIB

E o crescimento do PIB? Nos últimos anos, a economia brasileira tem surpreendido positivamente, crescendo acima das projeções de mercado. Isso sugere que não estamos tão mal nesse front.

De fato, o Brasil cresce pouco para um país emergente, mas as causas desse desempenho modesto não residem primordialmente na política monetária. Fatores institucionais, como segurança jurídica, ambiente de negócios, qualidade do capital humano e direcionamento de investimentos para infraestrutura, pesam muito mais no crescimento de longo prazo.

O crescimento recente chega a ser até robusto quando se leva em conta o fraco desempenho da produtividade brasileira.

Estimular expansão via política fiscal ou monetária, além do que a produtividade permite, costuma gerar desequilíbrios que culminam em crises no médio e no longo prazo.

Dívida pública

Outro argumento recorrente para cortes rápidos é o impacto sobre a dívida pública. Juros elevados encarecem o serviço da dívida,

acelerando seu crescimento. A tese tem mérito e, por isso, é perigosa.

Em teoria, em cenários de dominância fiscal, reduzir juros poderia aliviar a dívida e até ajudar a conter a inflação. Essa ideia ressurge periodicamente no debate brasileiro, mas avaliar se estamos de fato nesse regime é complexo.

Pior: um corte precipitado pode ser interpretado como relaxamento da meta inflacionária, elevando as expectativas de inflação, pressionando os juros de longo prazo e forçando reversão, história que já vivemos mais de uma vez.

A prudência recomenda evitar apostas em dominância fiscal.

Desde Joaquim Levy, no segundo governo Dilma, todos os ministros da Fazenda têm enfatizado a necessidade de controlar o gasto público para frear a expansão da dívida. Esse é o caminho realista para estabilizar a dívida e viabilizar reduções seguras da Selic.

Como bônus, um ajuste fiscal mais rigoroso tende a reduzir a má alocação de recursos e impulsionar a produtividade. Em uma só tacada, poderíamos conquistar menos dívida, juros menores e maior crescimento sustentável no longo prazo.

Roberto Ellery é economista

Crônica

Domínio mineral chinês

Brasil corre o risco de acordar em um futuro em que é dono de seu território, mas não de suas riquezas

**Márcio Coimbra**

6 minutos de leitura

30.01.2026 03:30

comentários 4



Foto: Divulgação/ CMOC



A recente aquisição de subsidiárias da canadense **Equinox Gold** pela gigante chinesa **CMOC**, em uma transação de 1 bilhão de dólares, não é apenas um movimento de mercado, é um marco geoeconômico com profundas implicações nos minerais e terras raras brasileiras.

COMPARTILHAR

Ao assumir o controle das minas de **Aurizona (MA)**, **Riacho dos Machados (MG)**, **Fazenda e Santa Luz (BA)**, a mineradora estatal chinesa não apenas

expande seu faturamento — que atingiu 5,6 bilhões de reais em 2025 — mas verticaliza seu domínio sobre ativos que são, em última análise, recursos estratégicos soberanos do país.

A CMOC e a verticalização do domínio chinês

A CMOC (China Molybdenum Co., Ltd) já é um player consolidado no Brasil, operando no setor de nióbio e fertilizantes desde 2016.

Ao assumir o controle de minas de ouro da Equinox Gold em território nacional, a empresa não apenas diversifica seu portfólio em um momento de valorização histórica do metal, mas consolida sua internalização de etapas da cadeia produtiva.

Ao controlar a extração em solo brasileiro e a comercialização global através de sua trading, a IXM, **Pequim** garante o controle total do fluxo de valor da *commodity*.

Para o Brasil, neste caso, resta a simples exportação de baixo valor agregado e o recebimento de *royalties*, enquanto a inteligência estratégica sobre o destino e a aplicação desses minerais é transferida para a **China**.

Ouro e nóbio: mais que metais, aivos de soberania

O interesse chinês não é aleatório. O ouro, como **destaca o cenário de 2025**, tornou-se o refúgio supremo diante da instabilidade entre os blocos ocidentais e asiáticos.

Contudo, o verdadeiro foco geopolítico está nos minerais críticos. O Brasil, por exemplo, detém cerca de 90% das reservas mundiais de nióbio, material indispensável para ligas de aço de alta resistência, turbinas de aviões e supercondutores.

A questão fundamental reside na vulnerabilidade soberana ao permitir que o controle de ativos críticos — como o nióbio, sobre o qual o Brasil detém um monopólio geológico, e o ouro, essencial como salvaguarda financeira — seja concentrado em um único ator estatal.

A preocupação agrava-se diante da estratégia de Pequim de instrumentalizar o setor extrativo como vetor de projeção geopolítica e ascendência tecnológica e militar, sem que o Brasil obtenha, em troca, contrapartidas em transferência de conhecimento ou agregação de valor em solo nacional.

O vácuo institucional: a ausência de um "CFIUS" brasileiro

O ponto central reside na profunda assimetria regulatória.

Enquanto nações como **Estados Unidos, Austrália** e os países da **União Europeia** — e a própria China — endureceram suas legislações para monitorar investimentos em setores estratégicos sob a égide da segurança nacional, o Brasil ainda carece de um mecanismo de triagem, ou *screening*, institucionalizado.

Sem um equivalente ao CFIUS norte-americano, o Estado brasileiro vê-se desprovido de base legal para avaliar se a transferência de ativos críticos compromete a autonomia tecnológica futura.

Opera-se, assim, sob uma lógica estritamente comercial de curto prazo (entrada de divisas e balança comercial), negligenciando que, na contemporaneidade, a soberania é exercida pelo controle efetivo das cadeias de suprimentos.

Anatomia do domínio

A compreensão do poderio chinês no setor de terras raras exige que olhemos para além da simples extração mineral e foquemos na hegemonia da cadeia de processamento químico, onde reside o verdadeiro "*gargalo*" tecnológico mundial.

Enquanto o Brasil e outras nações possuem reservas geológicas abundantes, a China domina cerca de 85% a 90% da capacidade global de refino e separação desses elementos.

Essa vantagem competitiva não é fruto do acaso, mas de uma estratégia de décadas que priorizou o domínio da metalurgia complexa em detrimento de preocupações ambientais imediatas, permitindo que Pequim dite as regras do mercado global desta tecnologia.

Para o Brasil, o risco de avançar no setor de terras raras sem um mecanismo de análise de investimento estrangeiro é o de consolidar sua posição apenas no primeiro degrau desta cadeia.

Se o investimento chinês em solo brasileiro focar apenas na extração para enviar o concentrado mineral para refino em território asiático, o Brasil entregará um recurso estratégico para alimentar a indústria de valor agregado de um competidor geoeconômico.

Sem a obrigatoriedade de desenvolver a separação química em solo nacional, o país permanece na periferia da revolução tecnológica, fornecendo os ingredientes para um banquete do qual não foi convidado a participar.

Soberania tecnológica

A soberania tecnológica brasileira, portanto, depende da capacidade do Estado de exigir que o capital estrangeiro não apenas extraia, mas enraíze a inteligência produtiva no país.

A dependência global dos ímãs de neodímio e de outros compostos de terras raras é o ponto

de maior pressão na geopolítica atual.

Se o Brasil não instituir salvaguardas que protejam suas reservas e incentivem o processamento doméstico, continuará a ser um exportador de solo e um importador de futuro, assistindo passivamente enquanto a China utiliza os minerais brasileiros para solidificar um monopólio que já dura quase quatro décadas.

Diante desse quadro, a criação de um marco legal e de uma agência multiministerial de análise de investimentos deixa de ser uma opção burocrática para tornar-se uma imperatividade de sobrevivência nacional.

O Brasil precisa amadurecer sua percepção de mercado para compreender que, no tabuleiro geoeconômico de 2026, nem todo dólar possui o mesmo peso ou a mesma intenção.

Instituir um filtro para investimentos em energia, infraestrutura e mineração estratégica não significa repelir o capital estrangeiro, mas exercer a prerrogativa de um Estado soberano que distingue entre a parceria comercial legítima e a entrega de ativos que definem a autonomia do país no longo prazo.

Sem um mecanismo de proteção à soberania e uma visão clara de quais setores são inalienáveis, o Brasil corre o risco de acordar em um futuro em que é dono de seu território, mas não de suas riquezas.

A soberania, no mundo contemporâneo, não se defende apenas com armas, mas com leis que protejam a inteligência e os recursos estratégicos de um país.

Márcio Coimbra é CEO da Casa Política e presidente-executivo do Instituto Monitor da Democracia

Airbnb na mira da reforma tributária

Ao evitar critérios objetivos, a reforma cria um ambiente de insegurança jurídica que não decorre de omissão técnica, mas de escolha política

**Letícia Barros**

4 minutos de leitura

30.01.2026 03:30

comentários 3

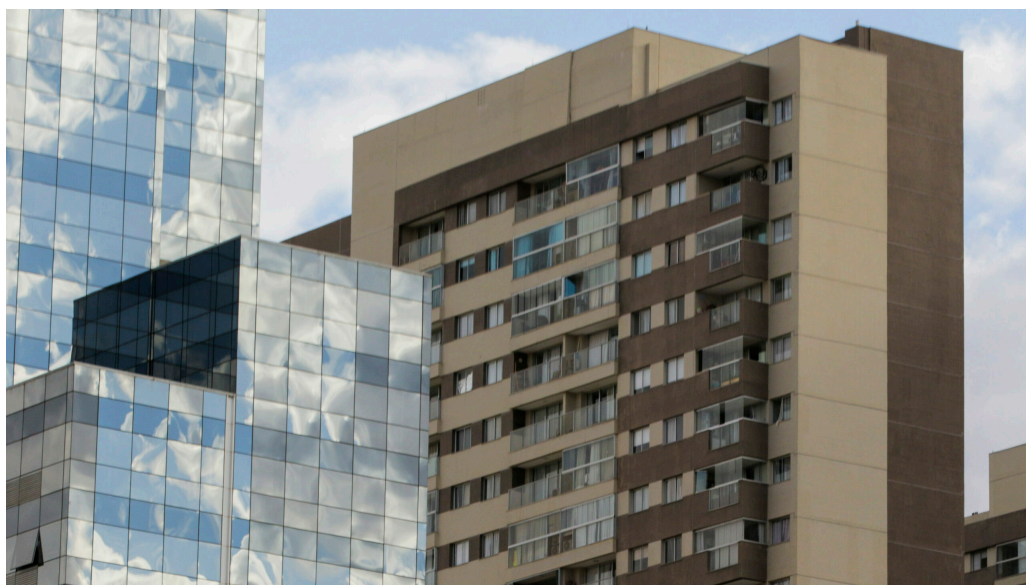
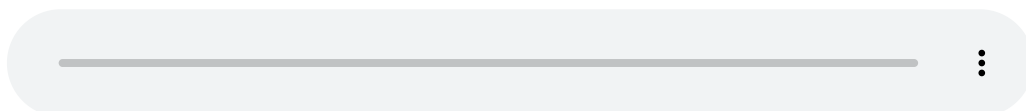


Foto: Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Muitos ainda se deixam convencer por leis e tributos apresentados sob o discurso de boas intenções. É surpreendente, mas essa parcela de “*otimistas*” parece ignorar aquilo que **Frédéric Bastiat** chamou de “*o que não se vê*”: os efeitos ocultos de um Estado permanentemente arrecadatário, que expande seu poder por meio de justificativas genéricas e promessas vazias.

Foi assim com a reforma tributária, aprovada em 2023, que prometeu simplificar a cobrança de impostos, porém sem reduzir a carga tributária. E já no ano de teste dos novos tributos, começam a surgir brechas legais que permitem ao Estado ampliar sua arrecadação.

Sempre que o Brasil aprova um novo arcabouço jurídico amplo e abstrato – como ocorreu com a reforma supracitada, promulgada na forma de Emenda à Constituição – o texto constitucional não se aplica de maneira automática.

Ele estabelece diretrizes gerais, mas depende de leis complementares para produzir efeitos concretos.

Foi nesse contexto que entrou em vigor a Lei Complementar nº 214/2025, responsável por regulamentar os novos tributos criados pela reforma.

Mudanças

Entre as principais mudanças está a unificação do ICMS e do ISS no Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), bem como a substituição do PIS e da Cofins pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), inaugurando um novo modelo de tributação sobre o consumo no país.

O ponto que merece destaque, no entanto, é o artigo 278, que amplia o conceito de serviço de hotelaria ao incluir o fornecimento de alojamento temporário em imóvel residencial

mobiliado, abrindo espaço para que operações de locação por temporada, como as realizadas pelo **Airbnb**, passem a ser enquadradas nessa nova lógica tributária.

A lei não cria um imposto específico para o Airbnb, mas abre margem legal para que esse tipo de operação seja reclassificada conforme a interpretação do Fisco. Em outras palavras, o poder de definir quando a renda vira serviço foi transferido ao Estado.

Escolha política

Essa opção legislativa não é neutra. Ao evitar critérios objetivos, a reforma cria um ambiente de insegurança jurídica que não decorre de omissão técnica, mas de escolha política.

Conceitos vagos e aplicação gradual permitem que o Estado amplie sua base de arrecadação de forma seletiva, sem anunciar aumentos diretos de impostos. Foi assim com a história das *“taxação das blusinhas”* e do monitoramento do PIX, também durante o governo Lula.

Trata-se de um padrão recorrente em governos de perfil arrecadatário: não proibir atividades, mas mantê-las sob constante incerteza regulatória, até que o custo de operar e o risco de ser reclassificado se tornem parte da própria estratégia de arrecadação.

E isso é precisamente o que desanima e afasta investidores do Brasil. O que antes era uma

renda extra relativamente simples passa a carregar o risco de uma carga tributária que, para a pessoa física, pode chegar a quase 44%, tornando a atividade cada vez menos atraente.

Isso acontece porque, ao ser tratada como serviço, a locação por temporada passa a pagar imposto sobre o faturamento e, além disso, continua sujeita ao Imposto de Renda, fazendo com que os tributos se acumulem.

Estado como parasita

Ou seja, isso revela um Estado – em todas as suas esferas, já que essas mudanças foram aprovadas também pelo Congresso Nacional – que se comporta como um parasita em busca incessante por mais receita, expandindo sua arrecadação sempre que identifica uma nova fonte possível, enquanto o povo clama, ainda que de forma inconsciente, por uma reforma administrativa que corte gastos e enfrente a raiz do problema.

O cenário do Brasil muito me lembra o livro *A Revolução dos Bichos*, no qual os líderes da revolução não apenas fazem questão de manter seus próprios privilégios, como também se mostram extremamente eficazes em persuadir os subordinados de que tudo está sob controle.

Tudo isso é feito de maneira técnica e sutil, justamente para que o povo não entenda.

Quando a confusão vira método, o abuso de poder deixa de ser exceção e passa a ser política de Estado.

Letícia Barros é advogada, empreendedora e presidente do Lola Brasil

Acabou a paciência

A reação tardia da sociedade revela exaustão diante da vulgarização da cultura

**Josias Teófilo**

3 minutos de leitura

30.01.2026 03:30

comentários 2

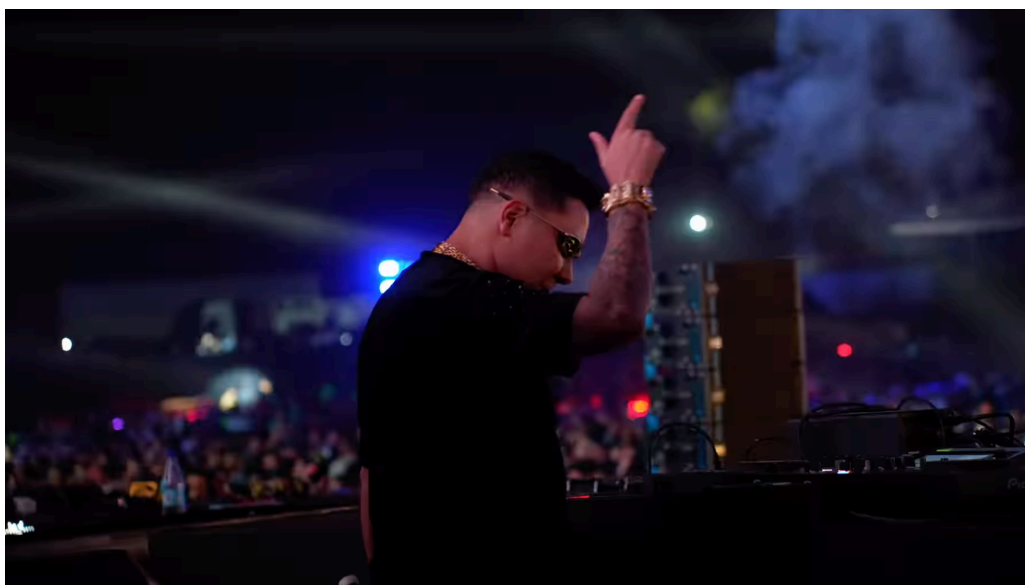
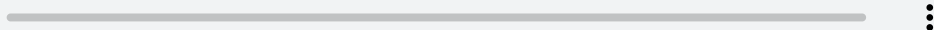


Foto: Reprodução de vídeo



COMPARTILHAR

Em dezembro passado uma formatura terminou em briga generalizada em Olinda. Na ocasião, pais de alunos do colégio Madre de Deus reclamaram da letra de uma música tocada na cerimônia, de autoria de **DJ Guuga** (foto) e **MC Pierre**.

O *funk* descreve o cenário de dois homens e uma mulher voando em um helicóptero, com versos como "*Ou dá essa xereca ou eu te jogo aqui em cima*" e "*Se ficar de palhaçada, eu tacho no oceano, não tô brincando*". Depois da

reclamação houve um empurra-empurra e confusão generalizada.

O que me chama atenção não é o escândalo causado por músicas pornofônicas num evento para alunos e familiares, mas como durante tanto tempo ninguém nunca se escandalizou com esse tipo de coisa.

Um dia desses uma amiga médica do Recife me contou indignada como numa formatura de medicina esse tipo de coisa acontecia sem aparentemente ninguém indignar-se.

Completa putaria

Eu mesmo, morando em Pernambuco, vi coisas semelhantes acontecerem em formaturas: à medida que vai ficando mais tarde as músicas vão ficando mais pesadas, até virar completa putaria.

Há poucos dias a cantora **Ludmilla** lançou um clipe chamado *Bota*. O clipe mostra ela e outras moças negras e mulatas com shorts verde e amarelos entrando de moto na favela e sensualizando. Os comentários ao clipe na postagem oficial na página da cantora foram bastante negativos: “*Que país amaldiçoado*” e “*estética asquerosa*”, etc.

Mês passado o pesquisador Thiago B. A. de Souza, conhecido como **Thiagson**, que é doutor em musicologia pela USP, publicou no X um vídeo para divulgar o livro baseado na sua tese de doutorado. O vídeo começa com ele de

cueca colocando um plug anal na boca, e dizendo em seguida: *“Lubrificou, botou, pegou, puxou e tome!”*, simulando um ato sexual.

Só críticas

Vi até onde pude dos comentários à postagem e não achei um só comentário positivo, só críticas bastante contundentes e irritadas.

Não é questão de moralismo. A sexualidade é um tema importante em qualquer linguagem artística. Nunca vi problema nas cenas de sexo de filmes de **Almodóvar** ou **Walter Hugo Khouri**, ou na literatura de **Henry Miller**, ou nas descrições sexuais de **Gilberto Freyre** — tanto de suas experiências pessoais quanto nos relatos históricos dos seus livros sociológicos, um dos motivos de seus livros terem vendido tanto quando foram lançados.

O que incomodou a todos nos três exemplos citados é uma mistura entre sexualização vulgar, apologia da criminalidade e o clichê de estética da favela. Tal mistura não é exclusiva do Brasil (podemos encontrar semelhanças com o que acontece nos **Estados Unidos**), mas a estética brasileira é bem peculiar, e se difundiu na sociedade como em nenhum lugar do mundo.

Tenho a impressão que as pessoas tinham vergonha de reclamar. Provavelmente por medo de serem considerados elitistas, ou moralistas.

Agora têm perdido a vergonha. Na verdade, preconceituoso é quem reduz a favela a esses estereótipos de associação com o crime e hipersexualização.

Veremos conflitos como esse se repetirem até o Brasil desenvolver regras básicas de convivência contra a vulgarização.

Josias Teófilo é escritor, jornalista e cineasta

É uma forma menos visível de poder, mas geralmente mais duradoura.

A filiação de **Ronaldo Caiado** ao **PSD** ajuda a entender esse movimento. Isoladamente, poderia ser lida como mais uma troca partidária relevante. Olhando o quadro completo, porém, a coisa muda de figura.

O PSD passa a concentrar três nomes com projeção nacional, Caiado, **Ratinho Jr.** e **Eduardo Leite**, com perfis distintos, eleitorados diferentes, todos convivendo sob o mesmo guarda-chuva partidário.

Pergunta errada

A leitura mais comum é tentar descobrir qual deles será o “*escolhido*” para 2026. Talvez essa seja a pergunta errada. Kassab não parece interessado em fabricar um candidato único.

O que ele faz é fortalecer o partido como peça central do sistema político, independentemente do resultado da eleição presidencial.

Governadores em estados estratégicos, bancadas relevantes no Congresso, palanques regionais e fundo eleitoral robusto dão ao PSD uma vantagem rara: a capacidade de dialogar com qualquer governo que venha a existir.

É nesse contexto que o nome de **Tarcísio de Freitas** entra no radar. Uma candidatura pelo PL o colocaria em rota de colisão com o bolsonarismo mais organizado. Um eventual

caminho pelo PSD ofereceria uma transição mais organizada, com base institucional e discurso de centro-direita.

Engenharia política

Não se trata de ruptura. Trata-se de engenharia política.

Mesmo que Tarcísio não avance, o PSD segue bem-posicionado. Um próximo governo, seja qual for, precisará de sustentação ampla no Congresso e diálogo com governadores.

Kassab conhece esse terreno como poucos.

Há ainda o cenário em que Ratinho Jr. não vence, mas pesa. Em disputas apertadas, quem chega competitivo ao segundo turno vira interlocutor obrigatório.

No fundo, tudo aponta para a mesma lógica: política de tempo longo. Não é sobre ganhar agora. É sobre continuar relevante depois.

Kassab raramente aparece no centro da campanha. Mas costuma aparecer quando o governo começa.

Na política brasileira, isso quase nunca é detalhe.

Wilson Pedroso é consultor eleitoral, analista político e sócio da Realtime Big Data

Vale a pena se ocupar com a política?

A filosofia recorda a importância de reservar tempo para a reflexão lenta, para o exame cuidadoso das palavras e para a formação do juízo

**Dennys Xavier**

5 minutos de leitura

30.01.2026 03:30

comentários 3



Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil



A filosofia grega nasceu ligada à vida comum. Pensar significava dialogar, caminhar, interpelar, formar cidadãos. O filósofo ocupava o espaço público porque a cidade era o lugar onde a existência humana ganhava forma política, ética e educativa. A pólis, a cidade-Nação, organizava a experiência do indivíduo e oferecia um horizonte compartilhado de sentido.

No período clássico, em especial, o cidadão não conseguia se enxergar fora do horizonte da

cidade da qual fazia parte.

Esse cenário se altera profundamente após o fim da autonomia das cidades-Estado. A expansão macedônica e o surgimento dos grandes reinos helenísticos transformam o mundo grego em um espaço vasto, administrado à distância, marcado por estruturas de poder centralizadas.

Vida política

A vida política deixa de ser vivida como participação direta e passa a funcionar como mecanismo institucional. O cidadão torna-se habitante. A deliberação cede lugar à adaptação. Há um esvaziamento da presença ativa do sujeito na vida da cidade.

É nesse contexto que a filosofia muda de direção.

Os pensadores helenísticos deslocam o centro de sua atenção para a vida individual. A questão principal passa a ser a formação do sujeito capaz de manter equilíbrio, clareza e liberdade interior em um mundo instável. A sabedoria deixa de depender da atuação cívica e passa a ser construída como forma de vida.

Há, neste período, a descoberta do indivíduo enquanto núcleo da experiência ética. A filosofia volta-se para a existência concreta, para o modo de viver, para o cuidado com a alma. O ideal do sábio ganha relevo. A autonomia pessoal torna-se valor central.

As escolas helenísticas expressam essa mudança por caminhos distintos.

Caminhos

Os **Cínicos** defendem a simplicidade radical. A vida reduzida ao essencial aparece como exercício de liberdade. **Diógenes de Sinope** (ou Diógenes, o Cínico) vive em espaços abertos, rejeita convenções sociais e expõe, por meio do próprio corpo, o artificialismo das hierarquias. Seu ensinamento ocorre por gestos, atitudes e provocações diretas. A crítica à sociedade emerge como pedagogia prática.

Os **Epicuristas** organizam comunidades pequenas, orientadas pela amizade, pelo estudo e pela tranquilidade. O **Jardim de Epicuro** funciona como espaço de convivência e reflexão. A vida boa é compreendida como equilíbrio dos desejos, afastamento das perturbações e cultivo da serenidade. A política institucional perde centralidade porque exige envolvimento constante com disputas, expectativas e temores.

Os **Estoicos** desenvolvem uma visão cosmológica da existência. O mundo é compreendido como um todo racional, governado por uma ordem natural, inteligível. O ser humano participa dessa ordem por meio da razão. Viver bem significa alinhar ações, pensamentos e afetos a esse princípio. A

dignidade pessoal decorre da firmeza interior. O sábio mantém estabilidade mesmo em situações adversas, pois sua referência principal permanece na razão exercida com constância.

Os **Céticos** aprofundam a observação sobre os limites do conhecimento humano. A multiplicidade de opiniões e a fragilidade das certezas conduzem à suspensão do juízo. A vida cotidiana segue seu curso com prudência, atenção e moderação. A tranquilidade surge quando cessam as disputas por afirmações definitivas. O filósofo aprende a conviver com a incerteza sem ansiedade.

Formação pessoal

Essas escolas compartilham um traço comum: a filosofia passa a ser vivida como prática contínua de formação pessoal. O ensinamento deixa de depender da tribuna pública e se enraíza no cotidiano.

A experiência contemporânea apresenta características que dialogam com esse cenário antigo. A vida pública se organiza por fluxos rápidos de informação, disputas constantes de atenção e exposição permanente. A linguagem circula em ritmo acelerado. O espaço para reflexão se estreita. A participação tende a ocorrer sob pressão emocional e imediatismo.

Nesse ambiente, a postura helenística ganha atualidade.

O recolhimento filosófico aparece como forma de preservação da clareza. A escolha por ritmos mais lentos, vínculos mais próximos e reflexão mais cuidadosa permite manter a integridade do juízo. A filosofia se torna exercício de atenção.

Liberdade

A liberdade, entendida como domínio de si, exige treino, constância e discernimento. Os antigos cultivaram essas virtudes em um mundo marcado por transformações profundas. Suas respostas não se esgotam no contexto histórico em que surgiram. Continuam oferecendo orientações práticas para tempos de instabilidade.

A retirada da filosofia para a esfera da vida pessoal não representa empobrecimento do pensamento. Representa concentração. O filósofo continua formando, ensinando, observando e escrevendo. A ação ocorre em outra escala. O impacto se manifesta na formação de indivíduos capazes de sustentar coerência interior.

Hoje, a herança helenística convida a uma atitude de equilíbrio.

A compreensão do debate político e a eventual participação nele permanecem tarefas relevantes, ligadas ao interesse pela vida comum e pelo destino coletivo. Ao mesmo tempo, essa atenção pede medida. A filosofia

recorda a importância de reservar tempo para a reflexão lenta, para o exame cuidadoso das palavras e para a formação do juízo. É nesse intervalo protegido que se cultiva a *ataraxia*, entendida como serenidade ativa, condição interior que permite pensar com clareza, agir com prudência e resistir ao desgaste provocado pelo excesso de estímulos e urgências.

Dennys Xavier é escritor, tradutor e PhD em Filosofia

Crônica

Quem joga no tempo longo

Kassab raramente aparece no centro da campanha. Mas costuma aparecer quando o governo começa.

**Wilson Pedrosa**

3 minutos de leitura

30.01.2026 03:30

comentários 1

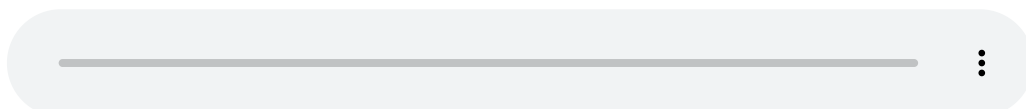


Foto: Reprodução/ X



Há políticos que vivem de eleição. E há os que vivem do depois da eleição.



Gilberto Kassab (foto) sempre me pareceu pertencer ao segundo grupo. Nunca foi um personagem de grandes discursos ou gestos públicos dramáticos.



Seu jogo é outro: montar cenários que funcionem independentemente de quem vença.

Crônica

A esquerda latina se aproxima da ditadura argentina

Ao atribuir a Israel a responsabilidade por queimadas na Patagônia, setores políticos reciclam um léxico conspiratório já desmascarado há quase um século



Clarita Maia

5 minutos de leitura

30.01.2026 03:30

comentários 0



Foto: Reprodução de vídeo



As recentes tentativas de atribuir a **Israel** a responsabilidade pelas queimadas na **Patagônia** não constituem um fenômeno isolado nem propriamente novo.

Elas se inserem em uma tradição longa, conhecida e amplamente desmascarada de teorias conspiratórias de matriz antisemita,

AR

que atravessam o século XX e chegam ao XXI travestidas de crítica política.

O que chama atenção é a naturalidade com que esse repertório volta a ser mobilizado, agora tanto por alas da esquerda quanto da direita, apesar de seu caráter fraudulento ter sido juridicamente reconhecido há mais de 90 anos.

Os Protocolos dos Sábios de Sião

Em 1934, no chamado Julgamento de Berna, um tribunal suíço concluiu que *Os Protocolos dos Sábios de Sião*, texto que sustenta a ideia de uma conspiração judaica global para dominar o mundo, eram uma falsificação grosseira, plagiada de panfletos políticos do século XIX.

A decisão judicial não apenas reconheceu a fraude documental, como também identificou o caráter deliberadamente antissemita da obra, destinada a incitar ódio e justificar perseguições. Desde então, não há qualquer dúvida, no plano histórico ou jurídico, quanto à natureza fraudulenta desse material.

Ainda assim, seu léxico permanece vivo.

A ideia de um ente abstrato, onipotente, invisível e global — “Israel”, “o sionismo”, “os judeus”, usados de forma intercambiável — reaparece ciclicamente como explicação para crises complexas: colapsos econômicos,

conflitos armados, pandemias, catástrofes ambientais.

O roteiro é sempre o mesmo: ausência de provas verificáveis, alegações de tecnologias secretas, interesses ocultos e uma suposta coordenação internacional impossível de ser refutada porque jamais é demonstrada.

Queimadas na Patagônia

No caso das queimadas na Patagônia, as chamadas “*evidências*” apresentadas seguem esse padrão clássico.

Menções vagas a investimentos israelenses na região, cooperações tecnológicas legítimas, acordos bilaterais ou presença de empresas estrangeiras são artificialmente conectadas a incêndios florestais que têm causas amplamente documentadas: mudanças climáticas, secas prolongadas, ventos intensos, falhas estatais de prevenção, manejo inadequado do solo e, em alguns casos, ação humana local.

Nenhum dado técnico sério, relatório ambiental ou investigação oficial sustenta a tese de coordenação estrangeira, muito menos israelense, na deflagração dos incêndios.

Ainda assim, o encadeamento conspiratório prospera porque não depende de prova: depende de sugestão, repetição e adesão emocional. É exatamente esse o mecanismo descrito e condenado no julgamento de Berna.

Covid

O paralelo com a pandemia da covid é inevitável. Durante a crise sanitária global, proliferaram narrativas conspiratórias que imputavam a Israel, ou a *“interesses sionistas”*, a criação, disseminação ou instrumentalização do vírus.

No Brasil, tais narrativas ultrapassaram o campo da opinião política e ingressaram no terreno da responsabilização jurídica.

Recentemente, o Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou condenação por antissemitismo em caso envolvendo a atribuição conspiratória da pandemia a Israel, reconhecendo que esse tipo de discurso não constitui crítica política legítima, mas reprodução de estereótipos clássicos de ódio coletivo.

A decisão foi clara ao afirmar que imputar a um povo ou a um Estado, de forma abstrata e fantasiosa, a responsabilidade por tragédias globais configura discriminação e incitação ao preconceito.

Culpado simbólico

A lógica é a mesma que agora se vê aplicada às queimadas: diante de um fenômeno complexo e multifatorial, elege-se um culpado simbólico que concentra todas as ansiedades, frustrações e ressentimentos políticos.

A ditadura argentina fez uso sistemático desse expediente. Ao falar em *“inimigos externos”, “forças internacionais”* e *“complôs estrangeiros”*, construiu uma narrativa que justificou censura, perseguição e terrorismo de Estado.

O dado perturbador é perceber que, hoje, setores que se apresentam como herdeiros da luta contra as ditaduras do Cone Sul recorrem exatamente ao mesmo método discursivo — apenas substituindo o uniforme militar pela retórica identitária ou ambiental.

O antissemitismo sem farda é um plano. O problema não é apenas moral.

Esquerda

Teorias conspiratórias deslocam o debate público da esfera da responsabilidade estatal e da política pública para o terreno da fantasia ideológica. Elas impedem soluções concretas, sabotam a confiança em dados científicos e corroem os fundamentos racionais da democracia.

Que esse léxico continue a ser utilizado por alas antissemitas à direita não surpreende. O que deveria causar inquietação profunda é sua normalização em setores da esquerda, muitas vezes protegida por um verniz retórico que tenta confundir preconceito com *“crítica estrutural”*.

Não se trata de criticar políticas específicas do Estado de Israel, algo legítimo em qualquer democracia, mas de atribuir a ele poderes ocultos e responsabilidades globais que ecoam diretamente os Protocolos já condenados há quase um século.

A história já julgou esse método. Os tribunais também. Persistir nele, agora sob novas bandeiras, não é sinal de sagacidade política, mas de regressão intelectual e de perigosa irresponsabilidade democrática.

Clarita Maia é consultora legislativa do Senado e doutora em Direito pela Universidade de São Paulo

Banquete do Mengão

Contratação milionária de Paquetá é uma demonstração vulgar de força do Flamengo, assim como foi a compra de Vitor Roque pelo Palmeiras

**Rodolfo Borges**

3 minutos de leitura

30.01.2026 03:30

comentários 2

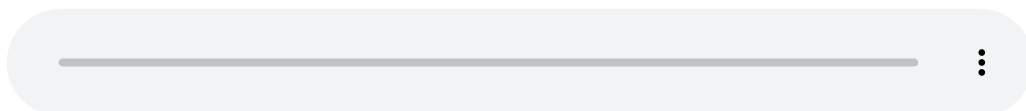


Foto: Reprodução/ Instagram



Um dos pratos mais vulgares do banquete de Trimalquião é servido em cima de uma bandeja com motivos zodiacais, na qual cada comida tem a ver com um signo: a carne de boi está em cima do símbolo de Touro, Áries carrega um cordeiro e há uma balança com torta e bolo em Libra.

O festim do antigo escravo, novo-rico, é uma das cenas mais famosas do *Satíricon*, de **Petrônio**, também por ser uma das mais

preservadas do texto da época do imperador romano Nero, e sobreviveu aos séculos como uma crítica à ostentação vulgar da riqueza.

Nesta semana, o **Flamengo** apresentou uma bandeja ao mundo do futebol **Lucas Paquetá**, contratado do inglês **West Ham** por 42 milhões de euros.

É a maior contratação da história do Brasil, de longe.

Exibicionismo

O próprio Flamengo detinha o recorde até então, na contratação de Gérson por 27 milhões de euros, próximo dos 25,5 milhões de euros desembolsados pelo **Palmeiras** para contratar **Vitor Roque** na temporada passada, quando o clube de **Leila Pereira** também exibiu sua força.

Paquetá não é um jogador ruim e nenhuma equipe do Brasil está em condição hoje de dispensá-lo. Aliás, se há uma equipe atualmente que não sentiria falta do volante da seleção brasileira é exatamente o Flamengo, que já tem o elenco preenchido por craques escolhidos a dedo.

A contratação de um jogador por um valor tão alto anima debates no Brasil e provavelmente terá para Paquetá o mesmo efeito que teve para Vitor Roque: é praticamente impossível para um jogador fazer frente às expectativas despertadas por tanto dinheiro.

O Flamengo e o Palmeiras fazem o que quiserem com suas fortunas, obviamente. E a chegada de Paquetá parece fazer parte do projeto internacional do rubro-negro, obcecado por enfrentar as potências europeias e enfim coroar a atual fase com um título mundial.

Riscos

Errado seria contratar sem ter condição, como têm feito há décadas muitos dos grandes clubes de futebol no Brasil. Esses vão ficando em condição cada vez pior de contratar, como o **Corinthians**, que não encontrou nem sequer 1 milhão de reais para pagar ao **São Paulo** pelo volante **Alisson**.

Mas contratar para se exibir tem um preço para além dos valores monetários envolvidos. O prestígio despertado pela contratação, que virou destaque até na Europa. faz crescer o olho dos adversários.

O cambaleante São Paulo quer 25 milhões de euros pelo liberar para o Mengão o meio-campo **Marcos Antônio**, hoje peça-chave no time de **Hernán Crespo**.

Além disso, as expectativas sobre a temporada do Flamengo também aumentam consideravelmente com a chegada de Paquetá, assim como o tamanho da queda em caso de insucessos.

Nauseados pelo banquete ostentação de Trimalquião, os protagonistas de *Satíricon* aproveitam para escapar do jantar em meio a uma confusão causada pelo falso funeral do anfitrião, que encena a própria morte para ser homenageado pelos convivas.

A humildade e a discrição são qualidades mesmo — e principalmente — para quem tem muito dinheiro.